



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS
E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O CARGO DE
AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO

COMUNICADO – PROCEDIMENTOS E DOCUMENTOS PARA POSSE

O Instituto Serzedello Corrêa (ISC/TCU) comunica procedimentos e relação de documentos necessários para a posse dos candidatos que forem nomeados no âmbito do Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Auditor Federal de Controle Externo regido pelo EDITAL N° 001 TCU-2021, de 28 de outubro de 2021.

1 DOS EXAMES ADMISSIONAIS

1.1 Os candidatos matriculados no Programa de Formação deverão submeter-se a exame de hígidez física e mental, capacitante ou incapacitante, nas dependências do TCU, com o objetivo de aferir se as condições física e psíquica são adequadas ao exercício das atividades inerentes ao cargo, conforme escala a ser informada durante o Programa de Formação.

1.2 Os candidatos deverão providenciar, a suas expensas, os seguintes exames laboratoriais e complementares, devendo necessariamente apresentar os resultados no dia do exame médico a que se refere o item 1.1:

- a) Eletrocardiograma (ECG) - com laudo médico;
- b) Hemograma completo;
- c) Glicemia de jejum;
- d) Lipidograma completo;
- e) TSH;
- f) Grupo sanguíneo e Fator RH;
- g) Uréia e Creatinina (a partir de 50 anos, homens e mulheres);
- h) EAS (a partir de 50 anos, homens e mulheres);
- i) Pesquisa de sangue oculto nas fezes (a partir de 50 anos, homens e mulheres); e
- j) PSA total (a partir de 50 anos, homens).

1.3 Os candidatos que precisarem de requisições para realização dos exames a que se refere o item 1.2 deverão solicitá-las via e-mail para isc_secretaria@tcu.gov.br.

1.5 Além do exame previsto no item 1.1, os candidatos com deficiência matriculados deverão passar pela avaliação da equipe multiprofissional, que verificará a compatibilidade entre a deficiência apresentada e as atribuições do cargo nos termos do art. 5º, § 2º c/c o art. 14, parágrafo único, da Lei nº 8.112/1990, conforme escala a ser informada durante o Programa de Formação, devendo

necessariamente apresentar os resultados dos exames laboratoriais e complementares a que se refere o item 1.2 bem como documentação e exames que subsidiaram a inscrição e a perícia na primeira etapa do concurso.

2 DA DOCUMENTAÇÃO PARA POSSE

2.1 Os candidatos matriculados no Programa de Formação deverão enviar **cópias** dos documentos abaixo relacionados, digitalizados em um arquivo único com extensão *pdf*, para o e-mail sgf@tcu.gov.br, **antes da posse**:

- a) Cópia do RG;
- b) Cópia do Título de Eleitor;
- c) Certidão de Quitação Eleitoral;
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia do Pis/Pasep;
- f) Cópia do Certificado de Reservista ou documento equivalente;
- g) Comprovante de residência atual, emitido nos últimos seis meses, ou declaração de residência, com firma reconhecida;
- h) Cópia de diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível exigido no Edital;
- i) Cópia da Certidão de Nascimento ou da Certidão de Casamento atualizada;
- j) Arquivo com foto digital 3 x 4 com resolução mínima de 300 DPIs;
- k) Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos locais em que tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, expedidas, no máximo, há seis meses, respeitado o prazo de validade descrito na própria certidão, quando houver (original);
- l) Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos locais em que tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Estadual, expedidas, no máximo, há seis meses, respeitado o prazo de validade descrito na própria certidão, quando houver (original);
- m) Certidão de antecedentes da Polícia Federal, expedida há, no máximo, seis meses, respeitado o prazo de validade descrito na própria certidão, quando houver (original);
- n) Certidão de antecedentes da Polícia dos Estados onde tenha residido nos últimos cinco anos, expedida há, no máximo, seis meses, respeitado o prazo de validade descrito na própria certidão, quando houver (original);
- o) Declaração do órgão público a que esteja vinculado, se for o caso, registrando que o candidato tem situação jurídica compatível com nova investidura em cargo público federal, haja vista não ter incidido nos artigos 132, 135 e 137, parágrafo único, todos da Lei nº 8.112/1990, e suas alterações, (penalidade de demissão e de destituição de cargo em comissão), nem ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade por prática de atos desabonadores;
- p) Declaração do órgão de origem informando o regime de previdência ao qual o servidor esteja vinculado e se contribuiu para o regime de previdência complementar/Funpresp;
- q) Comprovante de vacância, se for o caso;
- r) Ficha cadastral;
- s) Declaração de acumulação (quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública e quanto ao recebimento de proventos decorrentes de aposentadorias ou pensões);

- t) Declaração de residência nos últimos 5 (cinco) anos;
- u) Declaração funcional;
- v) Declaração de boa conduta;
- w) Declaração de conta bancária, aberta obrigatoriamente no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica. É facultado ao servidor transferir para o banco de sua escolha toda remuneração, devendo essa alteração ser cadastrada diretamente junto ao Banco do Brasil ou à Caixa Econômica;
- x) Formulário de autorização de acesso aos dados das declarações de ajuste anual do Imposto de Renda Pessoa Física.

2.2 Após o envio indicado no item 2.1, os documentos originais deverão ser apresentados presencialmente pelos candidatos, **antes da posse**, das 11 horas às 17 horas, no Serviço de Gestão de Informações Funcionais (SGF), situado na sala 240 do Anexo I do TCU, no Setor de Administração Federal Sul - SAFS - Quadra 4, Lote 1 - Brasília - DF, CEP 70042-900.

2.3 Dúvidas quanto à documentação a que se refere o item 2.1 podem ser dirimidas junto ao SGF pelos telefones (61) 3572-7116 ou (61) 3572-7249.

2.5 Os formulários e declarações constantes das alíneas “r” a “x” do item 2.1 estão disponíveis no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/tcu21> e devem ser encaminhadas com assinatura digital ou escaneadas com assinatura.

ANA CRISTINA MELO DE PONTES BOTELHO

Presidente do Concurso



DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO E OPÇÃO DE PERCEPÇÃO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

DADOS DO CANDIDATO

Nome:

CPF:

DECLARAÇÃO

() Declaro, junto à Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Contas da União, tendo em vista o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, c/c os arts. 117, inciso X, 118, 119 e 120 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como o disposto no Decreto nº 2.027, de 11 de outubro de 1996, que:

() **ocupo** atualmente o cargo, o emprego público ou a função pública de _____, pertencente ao Quadro de Pessoal do(a) _____.

() **não ocupo** cargo, emprego ou função pública em órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta das esferas federal, estadual ou municipal.

() **irei acumular** a remuneração do cargo efetivo de _____ com a remuneração do cargo, do emprego ou da função pública de _____, exercido(a) no(a) _____, estando sujeito à carga horária de _____ horas semanais, que cumpro, diariamente, no horário de _____ às _____ horas, conforme certidão anexa expedida pelo(a) _____.

() **não irei acumular** remuneração de cargo, emprego ou função pública (incluídas as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público).

() **Comprometo-me a entregar à Secretaria de Gestão de Pessoas do TCU, no prazo de 30 dias a contar da data da posse, cópia da publicação do ato de vacância relativo ao cargo ora ocupado ou cópia autenticada da rescisão do contrato de trabalho.**

() **irei acumular** proventos de aposentadoria, relativa ao cargo de _____, exercido no(a) _____, com a remuneração do cargo efetivo que ocuparei neste Tribunal.

() **não irei acumular** remuneração de cargo público efetivo com proventos de aposentadoria.

() **não participo** de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, mas exerço o comércio, na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

() **não participo** de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, nem exerço o comércio.

Nas situações de acumulação, atual ou futura, de cargo ou emprego na forma da Constituição, e para fins do que dispõe o art. 22, § 2º, da Lei 8.460/1992, faço **opção** pela percepção de um **único auxílio-alimentação** no:

() TCU e, dessa forma, comprometo-me a renunciar ao recebimento do auxílio-alimentação em outro órgão/entidade.

() outro órgão/entidade e, dessa forma, renuncio ao recebimento do auxílio-alimentação no TCU.

() Declaro, ainda, estar ciente de que, nos termos do art. 299 do Código Penal, é crime, punível com pena de reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, omitir, em documento público, declaração que dele devia constar ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da qual deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Comprometo-me a comunicar ao TCU qualquer alteração que vier a ocorrer em minha vida funcional no que concerne ao cumprimento dos dispositivos legais relacionados:

() à acumulação de cargos, empregos ou funções públicos.

() à não participação de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada.

DATA E ASSINATURA

Em ___/___/___.

Assinatura



DECLARAÇÃO DE BOA CONDUTA

DADOS DO CANDIDATO

Nome

CPF

DECLARAÇÃO

() Declaro, junto à Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Contas da União, que:

() nada há em desabono de minha conduta, nos termos dos arts. 1º e 2º da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

() não estou incurso no disposto no parágrafo único do art. 137 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

() Estou ciente de que, nos termos do art. 299 do Código Penal, é crime, punível com pena de reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, omitir, em documento público, declaração que dele devia constar ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da qual deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

DATA E ASSINATURA

Em ___/___/___.

Assinatura



DECLARAÇÃO DE CONTA BANCÁRIA

DADOS DO SERVIDOR

Nome	CPF
------	-----

DECLARAÇÃO

() Informo, à Diretoria de Pagamento de Pessoal do Tribunal de Contas da União, os dados bancários necessários para o crédito de meu pagamento.

Instituição bancária:

Agência

Conta corrente:

() Estou ciente de que as informações prestadas acima são de minha inteira responsabilidade.

INFORMAÇÕES

- Para fins de crédito do pagamento, o servidor deve indicar, **obrigatoriamente**, uma conta corrente ou conta salário no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica. **Não é aceita conta poupança para crédito salário.**

- Desde 2/1/2012, o servidor tem direito à portabilidade **gratuita** de sua conta-salário. A modalidade está prevista na Resolução nº 3.424/2006 do Banco Central e faz parte de um conjunto de medidas para estimular a concorrência bancária. Na prática, o servidor passa a ter o direito de escolher a instituição bancária de sua preferência para receber o “salário”. O pagamento dos servidores do TCU continua sendo feito por meio do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica. Se desejar receber por outro banco, o servidor deve procurar a instituição bancária atual e comunicar a decisão.

DATA E ASSINATURA

Em ___/___/___.

Assinatura



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

DADOS DO CANDIDATO

Nome

CPF

DECLARAÇÃO

() Declaro, junto à Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Contas da União, que, nos últimos 5 (cinco) anos, residi nos seguintes endereços:

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

UF: _____ CEP: _____ Período: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

UF: _____ CEP: _____ Período: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

UF: _____ CEP: _____ Período: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

UF: _____ CEP: _____ Período: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

UF: _____ CEP: _____ Período: _____

() Estou ciente de que, nos termos do art. 299 do Código Penal, é crime, punível com pena de reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, omitir, em documento público, declaração que dele devia constar ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da qual deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

DATA E ASSINATURA

Em ____/____/____.

Assinatura

**DECLARAÇÃO FUNCIONAL****DADOS DA NOMEAÇÃO**

Nome	
Cargo	Ingresso em cota de deficiente () sim () não
Edital de Abertura do Concurso (ano)	Prazo de validade
Há decisão judicial atrelada a nomeação () sim () não	Se sim, informar número do processo, vara e região

DADOS DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Regime previdenciário () Regime de previdência próprio de servidores () Regime de previdência próprio de servidores limitado ao teto	Contribui para a previdência complementar (Funpresp) () sim () não Se sim, qual percentual de contribuição mensal?
---	--

HISTÓRICO FUNCIONAL

() Declaro, junto à Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Contas da União, que, até o momento, não ocupei cargo ou função pública, em qualquer esfera de poder, da União, Estado, Distrito Federal ou Município.

() Declaro, junto à Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Contas da União, que ingressei no serviço público em ____ de _____ de _____, e já ocupei os seguintes cargos ou funções públicos:

Instituição: _____ Ente Federativo: () União; () Estado; () Distrito Federal; () Município Cargo: _____ Período: _____
Instituição: _____ Ente Federativo: () União; () Estado; () Distrito Federal; () Município Cargo: _____ Período: _____
Instituição: _____ Ente Federativo: () União; () Estado; () Distrito Federal; () Município Cargo: _____ Período: _____

() Estou ciente de que, nos termos do art. 299 do Código Penal, é crime, punível com pena de reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, omitir, em documento público, declaração que dele devia constar ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da qual deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

DATA E ASSINATURA

Em ____/____/____.

Assinatura



FICHA CADASTRAL

DADOS PESSOAIS

Nome completo

Nome que deseja no crachá

Data de nascimento

Nacionalidade

Cidade

UF

Nome do Pai

Nome da Mãe

Sexo

() Masculino

() Feminino

Estado civil

Raça e cor

() preta () parda () branca

() indígena () amarela

() não deseja informar

Tipo sanguíneo

Endereço

Bairro

Cidade

UF

CEP

Telefone residencial e celular

E-mail particular

DOCUMENTAÇÃO

RG

Órgão expedidor

UF

Data de expedição

CPF

Pis/Pasep

Título de eleitor

Zona

Seção

Data de expedição

Município

UF

Certificado militar (se do sexo masculino)

Órgão emissor

Data de expedição

DADOS COMPLEMENTARES

É estudante () sim () não

Grau de instrução

Possui alguma deficiência

() sim () não

Tipo de deficiência

() física () auditiva () visual () intelectual () mental () não se aplica

DATA E ASSINATURA

Em ___/___/___

Assinatura

ANEXO ÚNICO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA-TCU Nº 87, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

I - FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO AOS DADOS DAS DECLARAÇÕES DE AJUSTE ANUAL DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA

DADOS PESSOAIS			
NOME			
MATRICULA Nº		CPF Nº	
CARGO/FUNÇÃO		CÓDIGO	
UNIDADE DE LOTAÇÃO		TELEFONE	

AUTORIZAÇÃO
Autorizo, para fins de cumprimento da exigência contida nos arts. 1º e 2º da Lei 8.730, de 1993, o Tribunal de Contas da União a ter acesso às minhas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das eventuais retificações apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Observações:

A presente autorização permitirá acesso às informações referentes até ao último ano de exercício em que a autoridade, servidor ou empregado deixar de ocupar o cargo, emprego ou função pública e que constarão na Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física a ser apresentada à RFB no ano seguinte.

<hr/> LOCAL E DATA	<hr/> ASSINATURA AUTORIDADE/SERVIDOR
--------------------	---